

Para executivos, foco está em rigor fiscal e reformas

Cenário Líderes das empresas que são destaques em 27 setores pretendem aumentar investimentos em 2023

Executivos querem ver reformas e maior rigor fiscal

De São Paulo

Responsabilidade fiscal e um ambiente que dê segurança ao investimento privado são a base do modelo que o Brasil precisa perseguir nos próximos quatro anos, na visão dos executivos que comandam as empresas mais eficientes do país. Para que essa receita funcione, as reformas tributária e administrativa foram defendidas como prioritárias pelos empresários que nesta segunda-feira se reuniram no evento do prêmio "Valor 1000", que destaca as companhias com melhor desempenho em 27 setores.

O diretor-geral de mídia impressa e rádio do Grupo Globo, Frederic Kachar, ressaltou a renovação dos líderes nas categorias: dos 27 vencedores, 12 são diferentes do ano anterior. "Isso mostra o dinamismo e como no Brasil surgem empresas relevantes todos os anos". Ao abrir o evento, Kachar enfatizou que as empresas vencedoras mostram "preocupação em desenvolver o país inteiro com atuação em todas as regiões".

"Estamos celebrando muito mais do que bons resultados financeiros, mas os valores que as empresas abraçaram e devem continuar perseguindo. Eficiência, capacidade de investir e inovar, proteção ambiental, desenvolvimento dos funcionários e das comunidades, por exemplo", afirmou Maria Fernanda Delmas, diretora de redação do Valor.

Embora ensajem 2023 como um ano ainda desafiador, pela necessidade de manter o combate à inflação e pelo cenário externo ainda adverso, a maioria das empresas líderes em cada setor pretende aumentar ou manter o volume de investimentos na comparação com 2022. Os executivos também ressaltam a importância de garantir avanços sociais no país.

Alexandre Birman, diretor-presidente da Anzeo&Co, defende o respeito ao teto dos gastos e diz que "assim como os empresários precisam gerir com eficiência a geração, alocação e distribuição dos seus recursos, o governo deve fazer o mesmo. É necessário combater 'vazamentos enormes de dinheiro', para que a alocação seja direcionada às prioridades". Entre essas, lista alimentação, educação e saúde.

O diretor-presidente da Copel, Daniel Slaviero, concorda que a primeira questão que se impõe é o equilíbrio das contas públicas, o que, a seu ver, criará as condições necessárias para a retomada do crescimento sustentável, a partir da confiança do setor privado. Mas ressalta que o "governo precisará estabelecer, em conjunto com a sociedade, o tamanho da indispensável rede social de apoio à população mais necessitada".

Essa também é uma das preocupações do CEO da B3, Gilson Finkelstein. Ele reforça a importância de um ambiente favorável para o fortalecimento das empresas brasileiras para que elas contri-

buam com a geração de emprego e renda, mas acrescenta como temas urgentes "a cobertura do gap educacional que se intensificou com a pandemia e uma estrutura de crescimento que contribua para a redução das desigualdades no país".

O equilíbrio entre disciplina fiscal e políticas inclusivas pode vir de parcerias público-privadas e do investimento em tecnologias que tragam mais eficiência aos serviços prestados à população. Por isso, Jeanne Tsutsui, presidente do Grupo Fleury, defende um avanço nas políticas de acesso à saúde, com incentivos e parcerias que "levem soluções de assistência de qualidade e atenção primária para populações de baixa renda", como telemedicina e dispositivos digitais.

Além do equilíbrio fiscal, Thiago Muramatsu, CEO da Syn Prop & Tech, lista como frentes necessárias de atuação "ajuste de juros, controle da inflação e redução do desemprego". Para o CEO da Randon, Sérgio Carvalho, é preciso avançar na agenda de reformas estruturantes, em um plano de infraestrutura e na eficiência da gestão pública. "São pilares fundamentais para impulsionar a economia do país, com potencial de melhorar o ambiente empreendedor e estimular que as empresas brasileiras possam crescer, gerar riquezas e desenvolver de forma sustentável as comunidades".

Refletindo sua área de atuação, Eduardo Parente, diretor-presidente do grupo Yduqs, aponta que na educação de base é muito importante aprimorar "a formação e o desenvolvimento contínuo de professores", além de "caminhos para elevar a qualidade e minimizar as desigualdades regionais de um sistema público de ensino que já é muito abrangente, mas que precisa entregar mais qualidade". E para a educação superior, uma das prioridades deve ser ampliar o acesso às universidades pelas pessoas de renda mais baixa.

João Carlos Brega, presidente do conselho de administração da Whirlpool, diz que "não há bala de prata", mas pondera que a "retomada do crescimento e a construção de um ambiente institucional seguro, estável e atrativo aos investidores, bem-estar e prosperidade dos brasileiros" dependem de uma agenda que inclua reformas tributária e administrativa e mais investimentos em infraestrutura. E ele lembra que "a sociedade civil tem um papel importantíssimo a cumprir na cobrança dos candidatos à Presidência e apresentação de pautas programáticas durante a campanha eleitoral.

A reforma tributária desenhada pelos executivos foi resumida pelo diretor-presidente executivo da WEG, Harry Schmelzer Jr., ao defini-la como a "prioridade número 1" e listar que ela "deve garantir a desoneração da folha de pagamentos, dos investimentos e das exportações, evitando a cumulatividade de créditos tributários e

atendendo também para a simplificação e desburocratização dos processos". A racionalização do sistema tributário também aparece como uma das prioridades do CEO da TIM, Alberto Griselli, junto com a maior integração das empresas brasileiras às cadeias produtivas internacionais e um "grande esforço na modernização do sistema educacional brasileiro".

Visão semelhante é compartilhada pelo CEO da Localiza, Bruno Lasansky, para quem o investimento em educação e empreendedorismo é fundamental: "Essas são frentes com alto potencial de impulsionar a transformação social". Para Milton Malhuf Filho, CEO do Itaú Unibanco, "o controle da inflação e o fim do ciclo de alta de juros são duas grandes prioridades de curto prazo", pois dele depende a retomada mais robusta do crescimento, com geração de emprego e renda. A continuidade das reformas, em especial a administrativa e a tributária, é sua terceira prioridade. Para Marcelo Arantes, vice-presidente de pessoas, marketing e relação com imprensa da Braskem, as prioridades passam por manter a competitividade da indústria e a segurança jurídica e incentivar a geração de empregos.

Walter Schalka, presidente da Suzano, avalia que o cenário para 2023 é de economia mundial fraca, possivelmente caminhando para uma recessão, o que demandará atenção na gestão dos negócios. "Apesar de trabalharmos com produtos que apresentam maior inelasticidade no consumo, é preciso estar atento ao caminhar da economia para se preparar", diz ele, que considera que uma "contração fiscal parece inevitável" no país. A inflação mundial e a alta de juros nos países ricos e seus efeitos sobre o Brasil também estão no radar da CSN. Mas o presidente da empresa, Benjamin Steinbruch, ressalta que como o Brasil "antecipou muito o aumento de juros", com controle fiscal será possível "colocar a economia nos eixos, fazendo o Brasil sair da crise".

Entre outros, o diretor-presidente da Vivo, Leonardo Byrro, tem uma perspectiva otimista. Ele avalia que a inflação pode convergir para algo mais factível e apontar redução de juros no fim do ano ou no primeiro trimestre de 2023, o que destrava crescimento e consumo e ajuda a retomar os gastos.

Esse cenário dá confiança para os investimentos. Mesmo considerando o impacto da alta dos juros na captação de recursos, Airton Galinari, presidente-executivo da Coamo, diz que os "os investimentos deverão ficar pelo menos 50% superiores aos R\$ 388 milhões do biênio 2021/2022". Na São Martinho a preocupação é semelhante. "Para crescimento e investimentos futuros vamos ter que ser mais diligentes na alocação de capital. Essa é uma disciplina que implementamos em 2010 e nunca mais nos desviamos", diz Fabio Venturilli, diretor-presidente do grupo.

A batalha contra a inflação continua



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deu um claro recado ao participar da cerimônia que homenageou os destaques da 22ª edição do prêmio "Valor 1000" e do ranking das maiores empresas do país: "A gente não pensa em queda de juros no momento, a gente pensa em terminar o trabalho". O presidente do BC lembrou que a autoridade aproveita eventos como o "Valor 1000" para reiterar a comunicação de política monetária. "A gente entende que tem de passar uma mensagem dura e a mensagem que continua valendo hoje é a mensagem do Copom", disse. "No Brasil existe um entendimento que o trabalho [de controle da inflação] já foi feito", mas "ainda há elementos

grandes de preocupação" quanto à trajetória da inflação, acrescentou Campos Neto. "Vamos ter três meses de deflação, mas a batalha não está ganha", reforçou. Para ele, após esse período de deflação, influenciado pelas medidas de desoneração dos combustíveis, a inflação tende a retonar a elevação. Um dos riscos monitorados hoje pelo BC, disse Campos Neto, é a possibilidade de ocorrer uma "boca de jacaré" na combinação das linhas de crescimento e inflação. Ele explicou que esse não é o cenário base do BC, mas que a autoridade monetária vê "um risco de uma inflação mais persistente por mais tempo com crescimento mais baixo". Ele

também mostrou que discorda do mercado. O comportamento dos ativos globais, disse, indica uma visão dos agentes de que a inflação tende a cair de forma contínua. "Eu acredito que não", ponderou Campos Neto. "Acredito que nos países desenvolvidos a inflação cairá de [do atual patamar de] 9% [ao ano] para 5% e depois vai ter outra luta para cair de 5% para 2%". Para o presidente do BC, o Brasil é o primeiro candidato ao movimento global de realinhamento das cadeias para produção de alimentos e energia. Mas para esse fluxo de recursos vir, o país precisa ter uma estabilização política e institucional, ponderou Campos Neto.



Kachar (esq.), diretor geral de mídia impressa e rádio do Grupo Globo; Griselli, CEO da TIM, e Paulo Marinho, presidente da Globo



Anderson Birman (esq.) e o filho, Alexandre, da Arezzo



Schalka (esq.), presidente da Suzano, e Muramatsu, da Syn

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Especial **Caderno:** A **Página:** 8